



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Brasília, DF
11 de agosto

Inaugurada a Escola Nacional de Administração Pública, dentro do programa de reforma administrativa. Por motivo de doença, o Presidente Sarney não comparece à cerimônia, e o Ministro Aluísio Alves lê o discurso no qual o Presidente pede aos alunos que colaborem para a construção nacional.

11 de agosto — Em audiência com o Presidente Sarney, em Brasília, o Presidente mundial do Citicorp, John Reed, afirma que se Mailson da Nóbrega sair do Ministério da Fazenda, a negociação da dívida externa brasileira ficará difícil.

A instituição que hoje inicia suas atividades está destinada a desempenhar no Brasil papel semelhante ao que cumpre à renomada Escola Nacional de Administração da França, a prestigiosa ENA, celeiro de estadistas, políticos e administradores daquele grande país.

Assim, ao proferir a aula inaugural da Escola Nacional de Administração Pública — ENAP, neste 11 de agosto de 1988, tenho o sentimento de realizar um ato da maior significação para a história da inteligência brasileira.

A Escola Nacional de Administração Pública, como sua congênere francesa, tem por missão formar quadros

administrativos do mais alto nível, dotados de cultura geral, de profundos conhecimentos técnicos e, sobretudo, imbuídos do senso do Estado e do bem público.

Celeiro de estadistas, políticos e administradores, a Escola Nacional de Administração da França, aqui presente na pessoa do seu diretor, Christian Fremont, prestou valiosa cooperação quando da estruturação da Escola Nacional de Administração Pública.

A ENA, criada em 1946 pelo grande homem público Michel Debré, povoou a administração francesa de técnicos altamente especializados, dotados, no entanto, de uma compreensão humanista e integral da realidade, qualidades que os alçaram aos mais altos postos, inclusive à Presidência da República.

Recentemente, os franceses tiveram oportunidade de presenciar a transmissão do cargo de primeiro-ministro do líder republicano Jacques Chirac para o novo titular socialista, Michel Rocard, pertencentes a partidos adversários.

Chirac e Rocard não permitiram que uma sólida amizade construída nos bancos da ENA fosse abalada por divergências ideológicas.

Naquele momento de grande densidade política, não eram vencedor e vencido que se despediam friamente, mas essencialmente dois servidores devotados à causa pública, que cumpriam o sagrado ritual da alternância democrática.

Se Deus o permitir, ainda terei a felicidade de presenciar a investidura de diplomados da ENAP nos mais altos escalões da República. Daqui sairão gerações nascidas de um processo pioneiro e revolucionário de aprendizagem, que contempla o aluno na sua integralidade; que desenvolve seu potencial criativo e suas aptidões individuais; estimula sua capacidade de análise e reflexão; consolida em cada um o equilíbrio, o bom senso e a isenção dentro de elevado padrão ético.

O especialista em políticas públicas e gestão governamental, formado pela ENAP, terá formação teórica específica e interdisciplinar que lhe dará cultura geral e profundidade técnica.

Fará também um curso intensivo de Brasil.

A ENAP será um fórum permanente de debates sobre a realidade brasileira, em seus aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais.

Um laboratório de idéias onde se produzirão novos conhecimentos e tecnologias de interesse da Administração Pública.

Corpos discente e docente desta escola não se fecharão em uma torre de marfim.

A ENAP terá como campo de estudos a própria máquina administrativa federal, empresas, entidades sindicais e associativas, enfim, as forças vivas da sociedade. Estará em intenso e freqüente contato com universidades, centros de pesquisa e entidades científicas nacionais e internacionais. Será uma escola de cidadania e responsabilidade porque sua didática é baseada no contato e na intervenção direta sobre a realidade. Neste sentido, a ENAP segue o ensinamento de Jean Piaget, fundador da moderna psicologia da aprendizagem: «A inteligência nasce da ação».

No contexto da reforma administrativa, promovida pela Secretaria da Administração Pública, a ENAP oferecerá os quadros qualificados para a consolidação do sistema de carreira do serviço da União.

O novo sistema de carreira é a resposta à grande preocupação do meu Governo com a continuidade administrativa.

Não mais se podia tolerar que a cada mudança política a hierarquia do Serviço Público sofresse as mais violentas intervenções, a ponto de comprometer irremediavelmente a eficácia de programas essenciais.

A ENAP será a usina de talentos e competência que abastecerá o ambicioso processo de reforma do Estado e de modernização da economia que o Governo Federal está promovendo, para fazer face aos impasses econômicos que hoje nos afligem.

O endividamento externo e o déficit público são a face mais visível de um processo que deita raízes profundas na história das relações entre Estado, capital e trabalho no Brasil.

Necessidades históricas, situações conjunturais e ações estruturais equivocadas dotaram o País de um Estado intervencionista em permanente expansão.

O Estado brasileiro, fundado sobre capitânicas hereditárias, nunca se desvinculou totalmente da concepção de governo como um poder concedente e paternalista.

Convivemos ainda hoje com privilégios e isenções descabidas, totalmente incompatíveis com o capitalismo moderno.

No passado, o poder público desenvolveu atividades econômicas fundamentais ao nosso progresso, em áreas em que a iniciativa privada não estava estruturada para atuar. Realizou investimentos essenciais à soberania, ao desenvolvimento, ao bem-estar e em setores estratégicos como energia, comunicações, desenvolvimento tecnológico, infraestrutura urbana e rural, entre outros.

Sobretudo na segunda metade do século, a presença do Estado foi fundamental para garantir a industrialização e a modernização dos equipamentos sociais e de infraestrutura.

Porém, a experiência histórica tem demonstrado que a expansão do Estado não lhe garantiu maior capacidade distributiva nem permitiu mais acesso da comunidade às instâncias decisórias.

Hoje se percebe claramente que a presença excessiva do Estado na economia e na vida do cidadão inibe a iniciativa e sufoca a criatividade.

A História da Inglaterra e dos Estados Unidos tem sido uma história de vigilância legislativa. Americanos e ingleses aperfeiçoaram-se na arte de restringir o Poder Executivo.

Nós fizemos o trajeto inverso.

A História brasileira vem sendo um processo permanente de ampliação de meios do Estado para controlar e intervir na economia e na vida social. Essa tendência terá de ser revertida. É uma exigência da modernidade e um imperativo econômico-social.

Ontem presidi à instalação do Conselho Federal de Desestatização, a instância deliberativa do Programa Fede-

ral de Desestatização. Este programa já iniciou suas atividades, promovendo grupos de trabalho para tomar medidas visando a privatização de dezenas de empresas de porte diversificado.

Além de não mais se justificar, a vinculação dessas empresas ao setor público agrava as despesas públicas e desvia o Governo das atividades que lhe são próprias.

A desestatização reduzirá o déficit público e permitirá ao setor privado converter em ativos reais a liquidez de que dispõe, a serviço da atividade produtiva.

O processo de privatização de empresas será transparente e democrático, permitindo que trabalhadores e milhões de brasileiros passem a integrar o conselho acionário de empresas prestigiosas, como a Rede Ferroviária Federal, a Caraíbas Metais, a USIMINAS e outras.

Medidas de desregulamentação da economia, a desburocratização e simplificação de processos administrativos significarão um grande alívio para empresários, trabalhadores, estudantes e todo este povo brasileiro atormentado pelos fantasmas do atestado, da fila, do carimbo e da segunda via, autenticada ou não.

Estou consciente das dificuldades a enfrentar, quando se trata de promover mudanças.

Como disse Machiavel, «...não há coisa mais difícil de fazer... É mais perigosa a conduzir do que levar a cabo a introdução de novas instituições legais, pois o reformador encontra inimigos em todos aqueles que das instituições antigas se beneficiavam e tíbios defensores em todos os que das novas se beneficiarão. Tal tibieza se deve... À incredulidade dos homens, que não acreditam eficientes as coisas novas senão depois de vê-las submetidas a firme experiência».

Mas em vez de embarcar no pessimismo de Machiavel, eu prefiro seguir em companhia de Alexis de Tocqueville, para quem «a força coletiva dos cidadãos será sempre mais forte para produzir o bem-estar social do que a autoridade governamental».

«Quando uma administração central pretende substituir completamente o concurso livre dos primeiros interessados, os cidadãos, ela se engana ou quer vos enganar».

«Um poder central, mesmo esclarecido, por mais sábio que o imaginemos, não pode abarcar sozinho todos os detalhes da vida de um grande povo».

Conclui o grande pensador francês:

«Não será em tais condições que se obterá o concurso da vontade humana, porque esta necessita de liberdade nas suas iniciativas e nos seus passos, e de responsabilidade nos seus atos».

«O homem é de tal modo feito, que ele prefere ficar imóvel do que caminhar sem independência em direção a um objetivo que ele desconhece».

Caros alunos,

Convoco a todos os senhores a erguer bem alto essa bandeira da liberdade. Juntos, vamos nos desvencilhar da camisa-de-força do estatismo e da fúria legiferante e controladora do poder público. Aos senhores caberá a difícil tarefa de realizar a execução e sistemática da lei pública. Aos senhores incumbe a responsabilidade pelo aspecto mais visível do governo: o governo em ação.

Durante o curso que farão, e na vida profissional, jamais esqueçam desta máxima que deve orientar a vida dos homens públicos: todos os atos de governo, do mais solene ao mais rotineiro, devem ter sempre no horizonte o fim último e razão essencial do Estado que é a promoção do bem-estar, a garantia da igualdade de chances, do direito à paz, à liberdade e à busca individual da felicidade para todos.

Mais do que a «ética da responsabilidade», que recomendava Max Weber, cabe-lhes aprender as lições da História, para lutar contra o Estado arrogante, que a todos desagrada, e contra a política megalomaniaca, que a todos decepçiona.

Cabe a vocês evitar as tentações das hierarquias abusivas ou da tirania burocrática que oprimem, em vez de liberar os cidadãos.

Cabe-lhes colaborar com os demais atores sociais para a construção de um projeto nacional que consulte a história, que leve em conta a lição dos fatos e as mudanças impostas nos mecanismos sociais pelo dinamismo de nossa época.

O Projeto do Brasil Grande, politicamente estável e socialmente justo.